

O CONHECIMENTO PRÉVIO MORAL NECESSÁRIO À INVESTIGAÇÃO POLÍTICA EM ARISTÓTELES

THE MORAL KNOWLEDGE NECESSARY FOR POLITICAL INQUIRY IN ARISTOTLE

Priscilla Tesch Spinelli*

RESUMO: Este artigo pretende chamar a atenção para uma exigência a respeito do bom aluno de política, conforme apresentado por Aristóteles no livro I da *Ética Nicomaquéia*, a saber, ser educado em bons hábitos. O vicioso não é um bom aluno de política porque não é capaz nem mesmo de reconhecer a validade do discurso proposto por ela e não, simplesmente, porque não é capaz de agir em conformidade com esse discurso, como pretende T. Irwin. Reconhecer um argumento prático como bom é, necessariamente, ser motivado a agir conforme à sua conclusão. Aristóteles exige bons hábitos dos seus alunos porque eles são necessários para *compreender praticamente* o desenvolvimento dos seus argumentos. É essa a compreensão que Aristóteles pretende que seus alunos tenham do discurso político; é essa a compreensão que o vicioso não é mais capaz de ter.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Bons hábitos. Compreensão prática.

ABSTRACT: This essay aims at drawing attention to a requirement about the good student of politics, as presented by Aristotle in Book I of *Nicomachean Ethics*, namely, to be educated on good habits. The vicious is not a good student of politics because he is unable even to recognize the validity of its proposed discourse, and not simply because he is unable to act in accordance with that discourse, as T. Irwin has it. To acknowledge a practical argument as sound is, necessarily, to be motivated to act according to its conclusion. Aristotle requires good habits of his students because those habits are necessary in order to *practically understand* the development of his arguments. That is the sort of understanding of the political discourse which Aristotle wants his students to have; and that is the sort of understanding that the vicious is no longer able to have.

KEY WORDS: Knowledge. Good habits. Practical understanding.

Nos capítulos 3 e 4 do livro I da *Ética Nicomaquéia* (EN), Aristóteles faz uma restrição a respeito de quem está de fato habilitado a ouvir lições políticas. Trata-se da conhecida exigência de uma certa experiência e maturidade oriundas de uma boa educação sentimental por parte do aluno: “Assim, um jovem não é um bom ouvinte de lições políticas, pois ele é inexperiente nas ações que ocorrem na vida”¹. E, um pouco mais adiante, ele

* Doutoranda em Filosofia-UFRGS. Contato: ptspinelli@gmail.com

¹ EN I. 3. 1095a2-3.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 103-107
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

afirma: “Desse modo, aquele que ouvirá inteligentemente as lições sobre o que é nobre e justo e, em geral, sobre questões políticas, deve ter sido educado em bons hábitos”².

Aristóteles parece justificar essa exigência através de uma observação metodológica e do objeto a ser investigado. Como afirma a primeira frase dos *Segundos Analíticos* (*Seg. Anal.*), todo conhecimento vem a ser a partir de um conhecimento pré-existente³. Adquirimos conhecimento a partir do que é mais conhecido/familiar/evidente para nós, avançando em direção ao que é mais conhecido/familiar/evidente por si e em si mesmo. Parece correto inferir disso que adquirimos conhecimento sobre um determinado assunto a partir de algum conhecimento que já temos a seu respeito. Se é assim e se a investigação presente na *EN* pretende determinar como devem ser as nossas ações em vista da felicidade, então é preciso dispor de um certo conhecimento prévio sobre a ação a fim de poder adquirir o conhecimento exposto por Aristóteles na *EN*.

Isso tudo está aliado a uma outra observação feita por Aristóteles a respeito do objetivo da investigação que está sendo iniciada na *EN*. Trata-se da conhecida tese segundo a qual o estudo da ética – que é a primeira parte das referidas “lições políticas” – não tem como fim o conhecimento, mas a ação. No início da investigação sobre a virtude moral, Aristóteles lembra seu aluno desse ponto: diferentemente das outras investigações, não estamos visando ao conhecimento teórico, mas à ação. É por isso, com efeito, que é preciso determinar como as ações devem ser feitas, “pois investigamos não a fim de saber o que é a virtude, mas a fim de nos tornarmos virtuosos; de outro modo, nossa investigação seria inútil”⁴.

Àqueles que tendem a seguir as suas paixões, o estudo das ações “será vão e improficuo, pois o fim visado não é o conhecimento, mas a ação”⁵. À primeira vista, essas pessoas – assim como os incontinentes, observa Aristóteles em 1095a9 – não serão capazes de, através do estudo, passar posteriormente à ação. Apenas “àqueles que desejam e agem de acordo com um princípio racional o conhecimento sobre tais questões será de um grande benefício”⁶. Parece, no entanto, que os que tendem a seguir as suas paixões e os incontinentes não poderão passar à ação porque não têm os pontos de partida – o conhecimento prévio – para iniciar a investigação da *EN*. É aquele que recebeu uma educação moral adequada que

² *EN* I. 4. 1095b3-5.

³ *Seg. Anal.* I. 1. 71a1-2.

⁴ *EN* II. 2. 1103b27-29.

⁵ *EN* I. 3. 1095a4-5.

⁶ *EN* I. 3. 1095a9-11.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 103-107
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

possui ou pode facilmente possuir os *archai* ou pontos de partida da investigação⁷. Esses que Aristóteles chama de “fatos” (*hoti*) não precisam ser justificados (*dioti*)⁸, mas justamente são tomados como ponto de partida para o que seguirá. Aristóteles julga ser possível, a partir desses, conduzir o aluno às verdadeiras ou corretas concepções dos *archai* ou primeiros princípios da ação humana. A partir disso, parece razoável identificar aquele que deseja e age de acordo com um princípio racional com aquele que tem experiência e maturidade para seguir as lições políticas; esse é o aluno que possui o conhecimento prévio necessário – os pontos de partida ou *archai* conforme a primeira ocorrência do termo aqui – para poder avançar com proveito na investigação moral, pois será capaz de, posteriormente, agir de acordo com esse conhecimento.

Dado esse quadro do início da *EN* a respeito da filosofia moral que Aristóteles pretende desenvolver, gostaria de fazer algumas observações concernentes à natureza do conhecimento prévio necessário para aquele que é capaz de, com proveito, aventurar-se na investigação moral. Que espécie de conhecimento a boa educação (educação moral) proporciona a uma pessoa e como ela se relaciona com o fim prático visado pela investigação? Seria o caso, como pretende Irwin⁹, de o agente mau ou incontinente ser capaz de reconhecer como válidas as proposições das quais partem os argumentos da *EN*, bem como as conclusões às quais ela chega, mas não ser considerado um bom aluno simplesmente porque ele não é capaz de *agir* de acordo com tais proposições e conclusões?

Segundo Irwin, o vicioso reconhece na *EN* boas razões para mudar a sua vida; com efeito, segundo o comentador, Aristóteles pretende oferecer, na *EN*, uma *teoria moral válida para todo e qualquer agente racional*. Ele apresenta *razões* pelas quais devemos buscar a virtude por ela mesma e não os extremos (vício por excesso e por deficiência). Entretanto, essas razões podem não ser capazes de motivar todas as pessoas a mudar de vida. Segundo Irwin, o vicioso reconheceria *teoricamente*, porém não *praticamente*, a validade das premissas e argumentos da ética, e é por ser incapaz de realizar a última espécie de compreensão (embora seja capaz da primeira) que ele não seria um bom estudante das lições políticas. No entanto, penso que, segundo Aristóteles, reconhecer, no sentido próprio da expressão, a validade de um argumento moral é ser capaz de, *praticamente*, adotar as suas premissas e a sua conclusão. Além disso, a interpretação proposta por Irwin parece minar uma distinção

⁷ Cf. *EN* I. 4. 1095b7-8.

⁸ Cf. *EN* I. 4. 1095b6.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 103-107
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

bem clara feita por Aristóteles, a saber, entre o vicioso e o incontinente: é o último e não o primeiro que reconhece teoricamente a validade das proposições a respeito do que deve ser feito – sejam elas específicas como as que ordenam *esta* ação a ser feita, sejam gerais como as da *EN*, que ordenam que o modo virtuoso é o que devemos adotar em todas as nossas ações –, mas não é capaz de agir de acordo com esse reconhecimento¹⁰. O vicioso, por outro lado, não é capaz de reconhecer que os argumentos apresentados *deveriam* fazê-lo mudar de vida; reconhecer isso seria reconhecer que se está errado, que os objetos que se busca não são bons objetos, o que o vicioso não é capaz de reconhecer¹¹. Significaria, em outras palavras, reconhecer no argumentos *boas razões para mudar a sua vida*, mas é justamente porque ele não vê no argumento *boas* razões práticas que creio ser correto afirmar que ele não é nem mesmo capaz de reconhecer teoricamente a validade das premissas e argumentos morais. Ora, tomar algo como bom a ser feito, assim é para Aristóteles, é desejar tal curso de ação.

É bem verdade que todos somos capazes de reconhecer *formalmente* argumentos morais se somos minimamente treinados em lógica e falamos a língua em que esses argumentos são proferidos – e se, não é demais salientar, tais argumentos são de fato válidos. Qualquer pessoa nessas condições, não importa o quão imoral ela seja, é capaz de fazer isso. Entretanto, não é *apenas* isso, justamente, o que está em questão quando Aristóteles exige dos seus alunos, como condição para estudar política, que eles sejam *bem educados*. Não se trata de, anteriormente, ter obtido meramente *informações* sobre as ações nobres e justas a fim de poder estudá-las com proveito. Não é apenas esse o conhecimento prévio que está aqui em questão. O conhecimento prévio, assim como a capacidade de *acompanhar praticamente* o desenvolvimento dos argumentos avançados na investigação, os quais culminam em *ações*, agrega o reconhecimento da verdade de certas proposições sobre a ação – ‘*é bom agir corajosa e justamente*’, p. ex. – e um desejo pela realização do estado de coisas descrito por essas proposições.

Na medida em que a investigação moral pretende confirmar ou alterar as ações daquele que a estuda, esse alguém deve já dispor de *algumas* crenças ou *convicções* a respeito do que é bom a ser feito; ora, como tenho insistido, convicções morais são necessariamente

⁹ Cf. Irwin, T., “First Principles in Aristotle’s Ethics”, p. 261-262; cf. também p. 271-272, nota 30.

¹⁰ Cf. *EN* VII. 6. 1147b5-17 e 1151a10-19.

¹¹ Essa parece ser, com efeito, a única maneira de manter 1) a formulação da *akrasia* como agir *sabendo* que se está agindo errado: o conhecimento em questão não pode ser prático, mas meramente informativo ou teórico, e 2) a tese socrática de que o conhecimento é inabalável: é bem verdade que a *akrasia* não é possível naquele que *sabe*, mas esse saber deve necessariamente ser compreendido como saber prático e não teórico.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 103-107
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------

acompanhadas de *algum* um desejo de fazer essas coisas nas quais ele crê. Não é possível eu ter uma convicção moral sobre algo sem julgar que isso é bom; ora, o juízo de algo como bom me faz desejá-lo. Com efeito, o conhecimento avançado na *EN* deve ser mais propriamente descrito como um conhecimento *prático*: essa é a qualidade do conhecimento que Aristóteles deseja que seus alunos adquiram e não um conhecimento de tipo meramente formal ou teórico. O aluno da *EN* deve, assim, anteriormente, dispor de algum conhecimento também prático – o que implica certa capacidade cognitiva coadunada a uma capacidade emotiva, o que é adquirido por meio da prática nas ações nobres e justas – como ponto de partida para a aquisição do conhecimento filosófico moral em razão do qual ele poderá, posteriormente, agir ainda melhor.

Referências

- ARISTÓTELES. *The Nicomachean Ethics*. Trad. David Ross. Oxford: Oxford University Press, 1998;
- _____. *Posterior Analytics*. Trad. Jonathan Barnes. In: *The Complete Works of Aristotle*, vol. 1. Barnes, J. (ed.). Princeton: Princeton University Press, 1984;
- IRWIN, T. "First Principles in Aristotle's Ethics". In: French, P. A.; Uehling Jr., T. E.; Wettstein, H. K. (eds.) *Midwest Studies in Philosophy*, III (1978). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980, pp. 252-272.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 103-107
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-------------